

Providência cautelar para travar provas para docentes

Objetivo é impedir que os professores contratados tenham de realizar prova para acederem ao concurso nacional

ANA CARVALHO MELO
anamelo@acorianooriental.pt

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) entregou ontem uma providência cautelar contra a implementação da prova de avaliação dos docentes já regulamentada em diploma publicado no Diário da República.

“Viemos ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada entregar uma providência cautelar sobre alguns dos artigos do Estatuto da Carreira Docente do Continente e um decreto regulamentar sobre a prova de acesso à profissão”, afirmou o presidente do SPRA, António Lucas, à porta do tribunal.

Apesar do secretário regional da Educação, Ciência e Cultura, Luiz Fagundes Duarte, ter anunciado recentemente que os Açores não aplicarão a legislação nacional que sujeita os professores a exames, António Lucas lembra que muitos docentes contratados concorrem nos três concursos: Continente, Madeira e Açores.

“Temos muitos associados que concorrem nos três concursos - Continente, Madeira e Açores - por isso achamos que temos toda a legitimidade para interpor esta providência cautelar”, afirmou o sindicalista, acrescentando que há cada vez mais docentes da Região a concorrer aos três concursos e que, mantendo-se a atual situação, terão obrigatoriamente de realizar esta prova para estarem em igualdade com os restantes professores.

António Lucas salientou ainda que os “professores contra-



Providência cautelar foi entregue no Tribunal Administrativo e Fiscal pelo SPRA

tados são os únicos que são avaliados anualmente”, afirmando que por essa razão considera que não se justifica esta prova.

Já sobre a prova de acesso ao exercício da profissão docente, António Lucas afirma que “está inserida no processo de desmantelamento da escola pública que está a ser realizado pelo Governo da República”, sendo que esta é “mais uma pedra que é posta na engrenagem da escola pública”.

A ação realizada ontem pelo SPRA inseriu-se num conjunto de iniciativas promovidas por todos os sindicatos membros da FENPROF - Federação Nacional de Professores, que incluem ainda a entrega hoje de uma petição pública contra a concretização da prova à presidência da Assembleia da República, a qual, segundo a federação sindical em comunicado, foi “subscrita, em poucos dias, por mais de dez mil docentes”.